

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO 002/2026

LOCAL DA ENTREGA DO DOCUMENTOS: www.licitanet.com.br

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA realizará processo de Inexigibilidade de Licitação, mediante CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO, nos termos do artigo 79, inciso II da Lei 14.133/21 de 1º de abril de 2021, Decreto 11.878 de 9 de janeiro de 2024, a Resolução 082/2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, objetivando chamamento público para credenciamento para contratação de serviço de gerenciamento, implementação, administração e fornecimento de vale-alimentação, conforme detalhamento constante no Termo de Referência

O recebimento dos documentos para o credenciamento, dar-se-á no período de 25 de fevereiro de 2026 a 30 de março de 2026 através do site www.licitanet.com.br.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Câmara Municipal de Vitória da Conquista - BA, denominado Agente de Contratação, designado pelo Decreto nº 4490/2024, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o processo de CREDENCIAMENTO constante da página eletrônica da LICITANET – www.licitanet.com.br, bem como da transparência da Câmara Municipal: <https://camaravc.ba.gov.br/transparencia/compradireta/1/0/Qualquer/0/ate/0/Todos>.

1. DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1.1. O presente procedimento tem por objeto o credenciamento de interessados na contratação de serviço de gerenciamento, implementação, administração e fornecimento de vale-alimentação, por meio de cartão bandeirado de ampla aceitação nacional (arranjo de pagamento aberto), eletrônico e/ou magnético, equipado com microprocessador e chip de segurança e com senha numérica eletrônica individual, com pagamento por aproximação, via aplicativo, devidamente comprovado, com disponibilização de aplicativo de gestão de créditos, disponível nos sistemas Android e IOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

1.2. O presente credenciamento é regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme artigos 6º, inciso XLIII, 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso II, da citada Lei;

1.3. O Credenciamento implica na imediata aceitação de todas as condições deste edital, inclusive quanto aos preços a serem pagos pela Administração;

1.4. Será aceito o arranjo aberto: A aceitação do referido modelo amplia a competitividade do certame, em consonância com o princípio da isonomia e com o disposto no art. 3º da Lei nº 14.133/21, que determina a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.5. A(s) credenciada(s) deverá(ão) assegurar abrangência em nível nacional para o serviço de auxílio-alimentação, operando obrigatoriamente sob a modalidade de arranjo de pagamento aberto, conforme regulamentação aplicada a matéria.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

1.6. Embora o credenciamento permaneça aberto a todas as empresas que preencham os requisitos de habilitação, a efetiva prestação dos serviços ficará condicionada à livre escolha da operadora por parte dos usuários beneficiários, conforme a conveniência de cada usuário do programa.

1.7. A disponibilização do benefício será realizada na modalidade pós-paga, sendo exigido que os créditos sejam inseridos nos cartões dos beneficiários antes do efetivo repasse dos valores pela Administração Pública à empresa contratada ou credenciada.

1.8. Os serviços objeto do presente credenciamento serão prestados sem custo à Administração, ou seja, **com taxa 0% (zero) de administração**, e sem custo de qualquer operação necessária à sua execução, tais como emissão, reemissão ou remessa dos cartões eletrônico e/ou magnético, equipado com microprocessador e chip de segurança e com senha numérica eletrônica individual, com pagamento por aproximação, nos termos constantes do termo de referência.

1.9. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar;

1.10. Valor estimado da Contratação: R\$ 3.042.000,00 (três milhões e quarenta e dois mil reais);

1.11. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS DO OBJETO

a) Esse credenciamento adota a seguinte hipótese de contratação: **com seleção a critério de terceiros**: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

b) **Justificativa**: A contratação com seleção a critério de terceiros é uma abordagem estratégica que busca otimizar o processo de contratação, reduzir riscos e atender de forma mais eficaz às demandas diversificadas da Administração Pública. Evita a dependência de um único prestador de serviços para todas as demandas, reduzindo os riscos relacionados a possíveis falhas, atrasos ou indisponibilidade por parte do CREDENCIADO. A diversificação de prestadores de serviços pode contribuir para a resiliência do processo de contratação. Visto que, quando as condições contratuais são padronizadas, a Administração pode aproveitar a simplificação e a uniformidade nos processos de seleção e gestão contratual. Isso pode resultar em economia de tempo e recursos;

c) O objeto deste Edital enquadra-se no Art. 79, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, sistema em que a escolha da prestadora cabe ao usuário beneficiário. A administração, portanto, credencia todos os interessados aptos, permitindo que o usuário final selecione a operadora que melhor atenda aos seus critérios subjetivos e preferências pessoais.

d) Esse credenciamento caracteriza-se pelo fato de a administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições aqui estabelecidas, não havendo, portanto, competição excludente entre os interessados;

e) O credenciamento constitui ato administrativo pelo qual a Administração Pública outorga a pessoa jurídica a prerrogativa de exercer atividades técnicas ou materiais, em caráter de colaboração e mediante remuneração. Para fins deste instrumento, o Termo de Credenciamento possui força contratual, equivalendo-se ao contrato em todos os seus efeitos jurídicos e obrigações, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

- f) Credenciante (Contratante) é quem concede a autorização ou credenciamento;
g) Credenciado (Contratado) é quem recebe essa autorização para realizar determinadas ações;

1.12. ESPECIFICAÇÃO E VALOR E TAXA ESTIMADAS

a) O valor mensal do benefício é de R\$ 1.800,00 por beneficiário, resultando em valor mensal estimado de R\$ 234.000,00, anual de R\$ 3.042.000,00, conforme a tabela abaixo;

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	QTD SERVIDOR ES (A)	VALOR DO BENEFÍCIO INDIVIDUAL (B)	VALOR MENSAL TOTAL (C = A x B)	VALOR ANUAL TOTAL (D = C x 13 créditos)
01	Contratação de serviço de gerenciamento, implementação, administração e fornecimento de vale-alimentação, por meio de cartão bandeirado de ampla aceitação nacional (arranjo de pagamento aberto), eletrônico e/ou magnético, equipado com microprocessador e chip de segurança e com senha numérica eletrônica individual, com pagamento por aproximação, via aplicativo, devidamente comprovado, com disponibilização de aplicativo de gestão de créditos, disponível nos sistemas Android e IOS.	130	1.800,00	234.000,00	3.042.000,00
02	Taxa administrativa (0%)				0,00

b) Em conformidade com a Lei Municipal nº 3.094, de 05 de janeiro de 2026, 13 créditos correspondem aos 12 meses do ano;

c) Somente será aceita a taxa administrativa fixa na alíquota de 0,00 % (zero por cento);

2. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Credenciamento será realizado por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da Plataforma LICITANET – www.licitanet.com.br.

2.2. Em caso de modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original (Diário Oficial Município), bem como no Portal Nacional de Compras Públicas e sítio eletrônico da Câmara Municipal através do endereço eletrônico:

<https://camaravc.ba.gov.br/transparencia/compradireta/1/0/Qualquer/0/ate/0/Todos> e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

2.3. Poderão participar deste CREDENCIAMENTO empresas regularmente estabelecidas no País, que sejam legalmente autorizadas a atuarem no ramo objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

2.4. Devem estar regularmente cadastradas junto a Plataforma LICITANET no sítio: www.licitanet.com.br, e com o consequente credenciamento junto a plataforma da mesma, sendo que a apresentação do cadastramento não desobriga o participante a apresentar a documentação exigida para a habilitação.

2.5. A habilitação dos interessados deverá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral prevista deste Edital, na Plataforma do LICITANET.

2.6. Para a habilitação neste credenciamento, o interessado deverá estar tempestivamente credenciando na plataforma LICITANET, devendo encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação, solicitação de credenciamento com a descrição do objeto.

2.7. Não será admitida neste CREDENCIAMENTO a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal;

c) Que tenham sido punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos respectivos Cadastros de Fornecedores ou, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

d) Estrangeiras que não funcionem no País”.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma LICITANET, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo da interessada, que poderá escolher entre os Planos de Adesão constantes no site <http://www.licitanet.com.br>.

2.10. Correrá por conta das interessadas todos os custos decorrentes da participação no processo de credenciamento, não sendo devida nenhuma indenização às participantes pela realização de tais atos.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor;

3.2. Não serão reconhecidas as impugnações e pedidos de esclarecimentos que não sejam na forma eletrônica no sistema da LICITANET, ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo interessado;

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, **EXCLUSIVAMENTE**, por meio eletrônico, devendo protocolar o pedido, exclusivamente por meio eletrônico via sistema LICITANET:

<https://licitanet.com.br/processos.html>.

3.4. Para apresentação de impugnação ou pedidos de esclarecimentos não é necessário estar previamente cadastrado no sistema da LICITANET.

3.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado na Transparência da Câmara Municipal (Site: <https://camaravc.ba.gov.br/transparencia/compradireta/1/0/Qualquer/0/ate/0/Todos>), bem como no portal LICITANET, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido;

3.6. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação.

3.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, sendo a concessão de efeito suspensivo à impugnação medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo deste CREDENCIAMENTO.

3.8. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e Transparência da Câmara Municipal (Site: <https://camaravc.ba.gov.br/transparencia/compradireta/1/0/Qualquer/0/ate/0/Todos>);

4. CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1. A participação do interessado no credenciamento se dará exclusivamente através de manifestação em campo próprio da Plataforma Eletrônica, que contempla: pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.2. O acesso do interessado ao credenciamento, para efeito de encaminhamento da documentação, somente se dará mediante prévio cadastramento e a assinatura de contrato junto a LICITANET.

4.3. O login e a senha do interessado poderá ser utilizado em qualquer processo licitatório, salvo quando suspensa por inadimplência do interessado junto a LICITANET, ou canceladas por solicitação do licitante.

a) A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao e-mail contato@licitanet.com.br, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a LICITANET e/ou a Câmara Municipal a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. O cadastramento do interessado junto a Plataforma implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

4.6. Caberá ao licitante acompanhar atentamente as operações na Plataforma Eletrônica durante o andamento do credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Plataforma Eletrônica ou da desconexão;

4.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso na plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: telefones (34) 2512-6500 ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão participar deste credenciamento Pessoas Jurídicas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Instrumento e seus Anexos.

5.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade desta Câmara Municipal;

5.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

5.4. Não poderão participar do credenciamento:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - b) Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - d) Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - e) pessoas jurídicas reunidas em consórcio conforme condições contidas no Termo de Referência;
 - f) Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
 - g) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
 - h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU Plenário);
 - i) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.
- 5.5. O impedimento de que trata o item 3.4, alínea b, será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo n 069/2026

devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado;

5.6. A vedação de que trata o item 3.4, alínea f, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.7. Correrão por conta exclusiva das interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da documentação de credenciamento. A Câmara Municipal de Vitória da Conquista não assumirá, sob qualquer pretexto, responsabilidade por tais despesas, independentemente do prosseguimento ou do resultado final deste Chamamento Público.

5.8. A apresentação da documentação de credenciamento implica a aceitação plena, irrestrita e irrevogável de todos os termos, condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como a observância integral da legislação correlata vigente.

6. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR E DA HABILITAÇÃO.

6.1. Os interessados no CREDENCIAMENTO de que trata este Edital deverão apresentar ao Agente de Contratações da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – BA, durante andamento do credenciamento a solicitação de credenciamento acompanhada dos documentos de habilitação (Jurídica; Regularidade Fiscal Social e Trabalhista; Econômico – Financeira; Qualificação Técnica, Declaração Unificada) apresentados no Termo de Referência.

6.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, atestado por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

6.3. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado;

6.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Edital e no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, em qualidades adequadas à perfeita execução contratual;

6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada;

6.6. Após o término do período de 30 (trinta) dias para recebimento da solicitação de credenciamento/habilitação, o Agente de Contratação terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos, podendo ser prorrogado por igual período, para realizar o julgamento da documentação e publicar o resultado preliminar do certame.

6.7. A verificação pelo Agente de Contratações, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

6.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

b) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

6.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratações poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

6.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

6.11. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, atestado por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial;

6.12. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

7. DO PRAZO E CONDIÇÕES

7.1. A CREDENCIADA, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência será convocada pela ADMINISTRAÇÃO, para assinar o contrato, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da referida convocação. Podendo ser prorrogado uma única vez pelo mesmo período.

7.2. Após a assinatura do contrato, a credenciada terá o prazo de até 05 (cinco) dias para iniciar e finalizar a implantação do sistema, bem como, treinamento de pessoal.

7.3. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento / Contrato será de 12 meses contados da assinatura, podendo ser este prazo prorrogado por até 10 (dez) anos a critério da Administração e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 107 da lei 14.133/21, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do contrato será efetuada por servidor público designado pela autoridade competente, em conformidade com o art. 7º da lei 14.133/2021, de acordo com as especificações constantes na "Minuta do Contrato", em anexo.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. A disponibilização do benefício será realizada na modalidade pós-paga, sendo exigido que os créditos sejam inseridos nos cartões dos beneficiários antes do efetivo repasse dos valores pela Administração Pública à empresa contratada ou credenciada, nos termos do art. 3º, inciso II da lei 14.442/22. Devendo a Administração enviar a lista de até dia 28 de cada mês, caso não seja dia útil deverá antecipar para o dia útil anterior, para que as empresas emitam as respectivas até o dia 1º de cada mês, de modo que os créditos referentes ao vale alimentação sejam disponibilizados aos beneficiários.

10. DOS RECURSOS

10.1. As decisões relativas ao credenciamento admitem recurso no prazo legal, a ser interposto perante o Agente de Contratação. Não havendo juízo de reconsideração, o

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo n 069/2026

processo será submetido à autoridade superior para julgamento definitivo, em estrita observância ao rito da Nova Lei de Licitações.

10.2. O recurso, sob pena de inadmissibilidade, deverá ser apresentado no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da decisão contestada;

10.3. O recurso será dirigido ao Agente de Contratações, se não reconsiderar a sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.4. Para a contagem do prazo estipulado, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento;

10.5. O prazo considera-se prorrogado até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento coincidir com feriado, dia não útil na repartição competente, ou se o expediente se encerrar mais cedo do que o habitual;

10.6. A manifestação de interposição do recurso, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema LICITANET), devendo o licitante observar os prazos (datas e horários) registrados no sistema.

10.7. Os recursos intempestivos não serão reconhecidos.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

a) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

b) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

d) fraudar o credenciamento;

e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

I. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

II. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

III. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

IV. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Vitória da Conquista pelo prazo de até 06 (seis) meses; e

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo período de 03 (três) a 04 (quatro) anos;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

12.1. Serão considerados regularmente credenciados todos os interessados que demonstrarem o pleno atendimento às condições de habilitação e aos requisitos técnicos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

12.2. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e na Transparência da Câmara Municipal (Site: <https://camaravc.ba.gov.br/transparencia/compradireta/1/0/Qualquer/0/ate/0/Todos>);

13. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

13.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste documento e em seus Anexos.

13.2. Habilitar o interessado apto ao credenciamento;

13.3. Emitir, por meio do (s) fiscal (is), Ordem de Serviço ao Credenciado / Contratado;

13.4. Fornecer à empresa credenciada / contratada as informações essenciais para a execução do serviço, tais como os arquivos de carga de dados e o quantitativo de beneficiários, garantindo a regularidade no fornecimento do auxílio-alimentação nos termos deste Edital.

13.5. Comunicar ao Credenciado / Contratado, formalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, para que seja reparado ou corrigido;

13.6. Efetuar o pagamento ao Credenciado / Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste documento e em seus anexos;

13.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Credenciado / Contratado;

13.8. Acompanhar e fiscalizar, através de Gestor de Contrato e fiscal(is) designado(s) pela Administração para execução do contrato, objeto deste Edital.

13.9. Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do credenciamento, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo do serviço executado.

13.10. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos no contrato.

13.11. A Câmara Municipal fica assegurado o legítimo direito de subsistindo razões plausíveis e de interesse coletivo, rescindir, unilateralmente, o contrato, em qualquer circunstância e época da execução do contrato, depois de notificada, do ato, à parte contratada, com

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus ou responsabilidades decorrentes para o Poder Público e devidos fins de direito.

13.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo credenciado / Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Credenciado.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

14.1. Executar o serviço pactuado, de conformidade com os parâmetros delineados no Termo de Referência e aos rigores previsíveis em normas de regência.

14.2. Manter à frente do serviço, pessoa qualificada, para representá-la junto à fiscalização.

14.3. Executar o contrato de acordo com as determinações do contratante, através do órgão competente.

14.4. Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar as atividades pertinentes ao contrato.

14.5. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

14.6. Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos dos fornecimentos, objeto deste Edital.

14.7. Cientificar a Câmara Municipal do andamento do serviço, quando for o caso.

14.8. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo licitatório.

14.9. O Credenciado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e no termo de credenciamento e anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.10. Cumprir o objeto contratual, obedecendo aos prazos e condições dispostos neste documento e em seus anexos;

14.11. Responsabilizar-se pelas despesas (diretas e indiretas) decorrentes da realização do objeto contratual, bem como pelos eventuais riscos que ela envolva, até o efetivo recebimento pelo Credenciante;

14.12. Comunicar ao Credenciante, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a realização de suas obrigações ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

14.13. Não atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição;

14.14. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

14.15. Manter atualizado seu cadastro de contato com endereço, telefone e endereço eletrônico, durante toda a vigência do acordo administrativo;

14.16. Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao conteúdo do objeto;

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa decorrente do serviço ocorrerá do seguinte elemento de despesa:

1 – ÓRGÃO – CÂMARA DE VEREADORES

2001 – MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.9.0.46.00.000 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

16. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

16.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração;

16.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram;

16.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

a) pedido formalizado pelo credenciado, com antecedência mínima de 30 dias;

b) perda das condições de habilitação do credenciado;

c) descumprimento injustificado do contrato pelo CREDENCIADO; e

d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento;

e) O Credenciado se recusar, por 2 (duas) vezes, a receber a notificação para realizar um serviço de Libras de forma injustificada;

16.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 16.4, alínea a, não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes;

16.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 16.4, alínea b e alínea c, além do descredenciamento, poderá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação;

16.7. Se houver a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação;

16.8. Fica facultada a defesa prévia do Credenciado, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação do descredenciamento;

16.9. Uma vez iniciado o procedimento de descredenciamento pela Administração, a execução do serviço será repassada ao próximo Credenciado da “fila”, ainda que esteja em andamento o processo de descredenciamento, inclusive na fase de contraditório.

17. DO PRAZO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

17.1. O prazo para recebimento dos documentos para este Edital será de 30 (trinta) dias, o Edital deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados;

17.2. A inscrição implica na aceitação plena deste Edital de Credenciamento;

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

18. DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. Os deferimentos de credenciamento passarão por processo de homologação, que será realizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista.

19. DA RESCISÃO

19.1. O TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

20.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

20.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

20.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no LICITANET e no Portal da Transparência CMVC.

20.5. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Inexigibilidade por Credenciamento;

20.6. Poderá, a Câmara Municipal de Vitória da Conquista, revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;

20.7. A Câmara Municipal de Vitória da Conquista poderá anular o presente Edital, no todo ou em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação;

20.8. A anulação do procedimento oriundo deste Edital, não gera direito a indenização.

20.9. A desistência do credenciamento por parte da empresa contratada só será admitida mediante justificativa fundamentada e aceitação expressa da Administração. Fica ressalvado o direito da Credenciada de solicitar o descredenciamento voluntário, sem penalidades, caso o número de adesões individuais de usuários seja inferior a 20 (vinte) beneficiários, hipótese em que a inviabilidade econômica deverá ser formalmente comunicada à Câmara.

20.10. Ao apresentar o credenciamento, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta CHAMADA PÚBLICA, quer direta ou indiretamente;

20.11. A apresentação para o credenciamento pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

20.12. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicarão a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado para

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo n 069/2026

este edital de credenciamento, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis;

20.13. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas.

20.14. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações posteriores, bem como de acordo com as demais normas jurídicas em vigor.

20.15. Os casos omissos do presente processo serão solucionados pelo Agente de Contratação.

20.16. O Presidente da Câmara Municipal poderá, antes da contratação, por despacho motivado, de que se dará ciência às licitantes, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, por ilegalidade (Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal).

20.17. O credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito da autoridade competente, devidamente fundamentado.

20.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Vitória da Conquista, 25 de fevereiro de 2026

IVAN CORDEIRO
Autoridade Competente
Presidente do Legislativo Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
Processo Administrativo nº 069/2026

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA, sediada rua Coronel Gugé, 150, Centro, Vitória da Conquista.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

DADOS DA PESSOA FÍSICA OU PESSOA JURÍDICA
NOME / RAZÃO SOCIAL
CPF / CNPJ
ENDEREÇO COMPLETO
TELEFONE
E-MAIL

Solicito à Câmara Municipal de Vitória da Conquista o **Credenciamento** para prestar o seguinte serviço:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	TAXA
01	Contratação de serviço de gerenciamento, implementação, administração e fornecimento de vale-alimentação, por meio de cartão bandeirado de ampla aceitação nacional (arranjo de pagamento aberto), eletrônico e/ou magnético, equipado com microprocessador e chip de segurança e com senha numérica eletrônica individual, com pagamento por aproximação, via aplicativo, devidamente comprovado, com disponibilização de aplicativo de gestão de créditos, disponível nos sistemas Android e IOS	0%

1. Declaramos para os devidos fins que conhecemos e nos submetemos a todas as exigências do edital de credenciamento n.º 002/2026.
2. Declaramos que estamos de acordo com as condições do edital de credenciamento, minuta de contrato (termo de credenciamento) e de todos os seus anexos.
3. Declaramos a taxa de gerenciamento (0%) compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega do pedido de credenciamento.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
Processo Administrativo n 069/2026

Local/ data

Nome Assinatura

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 069/2026

ANEXO III
DECLARAÇÃO UNIFICADA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

OBJETO: Contratação de serviço de gerenciamento, implementação, administração e fornecimento de vale-alimentação, por meio de cartão bandeirado de ampla aceitação nacional (arranjo de pagamento aberto), eletrônico e/ou magnético, equipado com microprocessador e chip de segurança e com senha numérica eletrônica individual, com pagamento por aproximação, via aplicativo, devidamente comprovado, com disponibilização de aplicativo de gestão de créditos, disponível nos sistemas Android e IOS;

A empresa CNPJ Nº, DECLARA para os devidos fins e em atendimento ao que consta do edital do Processo Administrativo nº 002/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº ____/2026 da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, QUE:

- a) CONHECIMENTO DO EDITAL: Tomei conhecimento de todas as cláusulas e condições do presente Edital.
- b) FATOS IMPEDITIVOS: Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- c) NEPOTISMO: Nenhum dos sócios administradores ocupam cargo político.
- d) MENOR: Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) FUNCIONÁRIOS: Não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) PESSOA COM DEFICIÊNCIA: Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) LGPD: Minha empresa está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- h) ECONÔMICAS: Possuo condições econômicas para suprir a necessidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
Processo Administrativo nº 069/2026

Local/ data

Nome Assinatura